

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

LIMITES E POSSIBILIDADES DA ASSESSORIA TÉCNICA NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA E À CIDADE

**SESSÃO TEMÁTICA: MORADIA DIGNA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: COMO OS
ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO
ESTÃO AVANÇANDO?**

Regina Bienenstein

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFF, PPAGU/UFF
bienenstein.uff@gmail.com

Glauco Bienenstein

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFF, PPAGU/UFF
glucob01@gmail.com

Eloísa Helena Freire

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFF, PPAGU/UFF
eloisafreire.uff@gmail.com

LIMITES E POSSIBILIDADES DA ASSESSORIA TÉCNICA NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA E À CIDADE

RESUMO

Este trabalho discute limites e possibilidades da assessoria técnica nas lutas pelo direito à cidade, diante da urbanização seletiva e excludente, onde o mercado de terras e a produção do ambiente construído têm garantido e ampliado as fronteiras da acumulação urbana. A reflexão toma por base a experiência da Universidade Federal Fluminense (UFF), iniciada nos anos 1980, com a solicitação de apoio técnico dos moradores da Favela do Gato, São Gonçalo, RJ, ameaçados de remoção pelas obras da rodovia BR-101 (Niterói-Manilha). Tratava-se de área de pescadores artesanais e a proximidade ao mar e aos serviços públicos era fundamental para a sobrevivência e para a continuidade da atividade produtiva. O desafio foi assumido na UFF, pela disciplina do Curso de Arquitetura e Urbanismo, voltada à habitação de interesse social. O trabalho, institucionalizado na UFF em 1986, pela criação do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/UFF), tinha dois objetivos principais: fortalecer movimentos insurgentes, visando transformar quadros de exclusão e penalização das classes populares e formar profissionais críticos que contribuam para a construção de cidades inclusivas e democráticas. A aprovação da Lei Federal nº 11.888/2008 colocou em pauta a assessoria técnica enquanto ação voltada para o direito à moradia, como prática de planejamento politizado, insurgente e conflitual, considerando os diferentes agentes, interesses antagônicos, conflitos na apropriação do espaço e buscando alterar a produção e a reprodução do espaço urbano. Dificuldades, obstáculos e perspectivas na consolidação desta proposta articulada de ensino, pesquisa e extensão, buscando romper a tendência de caráter alienado de “*pulverização do espaço (...) [que] produz o espaço abstrato de dominação e hierarquia*” (GOTTDIENER, 1993, p. 134), compõem o rol de questões discutidas, através do caso da Favela do Gato e da recente tentativa de remoção da comunidade Vila Autódromo, Rio de Janeiro, em que o NEPHU/UFF esteve envolvido.

Palavras-chave: Extensão (Universitária) 1. Direito (à Moradia e à cidade) 2. Assessoria técnica 3.

LIMITS AND POSSIBILITIES OF TECHNICAL ASSISTANCE IN THE STRUGGLE FOR THE RIGHT TO HOUSING AND THE CITY

ABSTRACT

This paper deals with technical assistance linked to the struggle to the right to housing and to city in this age of selective and exclusive urbanization process, where land market and production of the built environment have acquired a central role in capital accumulation. It uses as one key case study the *Favela do Gato* experience of technical support. This was a low-income fishermen community located in São Gonçalo, Rio de Janeiro state, which was threatened with eviction due to the building of the *BR-101 Niterói-Manilha* highway in the early eighties. The proximity to the sea and to urban public services was mandatory for them considering the needs of their productive activity. The challenge of helping the community to resist was accepted by a group of professors of the School of Architecture and Urbanism of UFF. Thus since 1986, mainly through the establishing of the *Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos, NEPHU/UFF*, professors, researchers and students have worked in order to strengthen insurgent social movements in their struggle to more inclusive and democratic cities. This initiative considers the approval of a federal law (nº 11.888/2008) that has called for technical assistance as an important tool to support insurgent planning, considering antagonistic interests, conflicts in ownership of space and seeking to change the production and reproduction of urban space. Difficulties, obstacles and prospects in the consolidation of this articulated teaching proposal, research and extension, seeking to break the alienated character trend of "spraying space /.../ [which] have produced the abstract space of domination and hierarchy " (Gottdiener 1993, p. 134), are some of the main topics here discussed, taking as examples the case of the *Favela do Gato* and the recent removal attempts of the *Vila Autódromo* community, Rio de Janeiro, where the team of the NEPHU/UFF was involved.

Keywords: Extension (University) 1. Right (to housing and to the city) 2. Technical assistance 3.

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este trabalho discute limites e possibilidades da assessoria técnica desenvolvida a partir de uma Universidade pública, nas lutas pelo direito à cidade, no contexto da urbanização seletiva e excludente da atualidade, onde o mercado de terras e a produção do ambiente construído por intermédio de grandes projetos, operações urbanas, dentre outras iniciativas, têm garantido e ampliado as fronteiras da acumulação nas cidades, no contexto do capitalismo atual.

Nesta reflexão é necessário considerar a mudança de paradigma ocorrida ao longo de seu desenvolvimento, especialmente a partir da década de 1990, quando um considerável número de profissionais da área de arquitetura e urbanismo, por razões que extrapolam os limites deste trabalho, progressivamente passam a acompanhar a tendência que vê a cidade como mercadoria e onde a busca por ícones arquitetônicos inspirados em modelos importados de arquitetos de renome no mercado internacional se amplia. Cada vez mais ganha espaço o modelo, classificado por Maricato de “*urbanismo fashion ou do cenário (...)* ou *urbanismo do mercado*” (MARICATO, 2000, p. 179), marcado por intervenções espetaculares, distantes da época em que parcela da categoria e de suas entidades de classe se voltava para os setores menos favorecidos da sociedade, por intermédio da procura por propostas inovadoras que, entre outros aspectos, visavam mudanças na concepção espacial das unidades habitacionais e no arranjo urbanístico de edifícios multifamiliares, buscando reduzir custos, sem, contudo, diminuir os espaços e/ou padrões mínimos de qualidade do espaço habitado.

Neste contexto, ao que parece, os arquitetos abandonaram progressivamente o projeto contido no ideário do modernismo brasileiro, que compreendia a missão social da arquitetura na superação do quadro de subdesenvolvimento do país e da situação de pobreza em que viviam e, desnecessário dizer, continuam a viver, amplos contingentes populacionais. Aliás, esta posição “*sempre alimentou a fantasia [dos arquitetos] de estar na vanguarda da integração das classes sociais mais desfavorecidas (...), no processo de construção nacional, de uma sociedade industrial homogênea e coerentemente moderna*” (ARANTES, 1997, p. 131, apud MARICATO, 2000, p. 145). Em seu lugar tem se afirmado uma prática voltada

!...! para os vencedores, ou seja, aqueles que reúnem as condições de poder para efetivar suas proposições. Isto se dá através da redução da escala de concepção e resolução dos problemas da cidade, articulada às possibilidades de enunciação ‘espetacularizada’ do devir dos micro-espaços urbanos através do desenho, meio de expressão privilegiado da mencionada categoria. Este movimento se completa através das novas sintaxes que o referido meio de expressão adquire. Nesse sentido, (...) a

articulação de uma linguagem verbal e gráfica performática passa a ditar os cânones e as atitudes da categoria dos arquitetos, indo ao limite de se tornar o objetivo por excelência, transformando-se com isso, em muitos casos, numa abstração ininteligível (BIENENSTEIN, G., 2000, pp. 231-232).

Na verdade, mesmo quando buscam

.../ orientações e diretrizes que possibilitem uma efetiva ação sobre a cidade real, tentando superar a distância entre o campo propositivo (...) e a vida cotidiana, (...) acaba[m] – de forma inconsciente ou não – por assumir, numa direção de cunho reformista, posições contra utópicas... Isto se expressa especialmente pela condenação de qualquer iniciativa e/ou proposição de caráter mais abrangente da cidade (BIENENSTEIN, G., 2000, p. 231).

Nesta perspectiva, correm o risco de se transformarem, como alertam Bienenstein (2000) e Arantes (1998), “em meros ‘desenhadores’, cuja profundidade de atuação [tende a]... não ultrapassa[r] a mera maquiagem de superfícies” (BIENENSTEIN, G., 2000, p. 233).

Desse modo, o trabalho aqui examinado tem fortalecido movimentos insurgentes que buscam a efetiva transformação do quadro de exclusão e de penalização das classes populares e formar profissionais críticos, cuja prática não se restrinja à repetição de fórmulas do mercado imobiliário, mas estejam preparados para efetivamente contribuir para a construção de cidades inclusivas e democráticas. A aprovação da Lei Federal nº 11.888/2008 coloca em pauta a reflexão sobre a assessoria técnica enquanto ação voltada para o direito à moradia, pensada como uma prática de planejamento politizado, insurgente e conflitual, que considera os diferentes agentes, interesses antagônicos, conflitos na apropriação do espaço e que busca alterar a produção e a reprodução do espaço urbano, como respaldo a formas de resistência contra propostas que impedem/solapam o direito à moradia e à cidade.

O trabalho está organizado nas seguintes seções: a primeira apresenta alguns dos pressupostos da proposta acadêmica propriamente dita. A segunda trata da origem e das principais características da experiência, conteúdo e procedimentos metodológicos adotados ao longo do período 1983 e 2015, tomando-se o caso emblemático e fundante da Favela do Gato, em São Gonçalo, passando por um dos maiores conflitos fundiário urbano da década de 1990, o que se convencionou chamar de Projeto Pendotiba, Niterói, e a recente batalha contra a remoção da comunidade da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro. Conclui-se com uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas e as perspectivas na consolidação de uma proposta articulada de ensino, extensão e pesquisa que busca romper a tendência atual de uma prática de caráter alienado voltada para a “pulverização do espaço em cidades com

edifícios individuais designados como obras de arte [que] produz o espaço abstrato de dominação e hierarquia” (GOTTDIENER, 1993, p. 134).

2. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS DA PROPOSTA DIDÁTICA

Numa sociedade em que parte significativa da população não tem garantido seu direito à moradia, seja por intermédio do mercado empresarial formal, seja por meio da produção estatal, as formas preponderantes de obtenção de habitação para as classes de menor poder aquisitivo têm sido geradas pelo próprio trabalhador que, frente à sua baixa remuneração, tem como alternativas a compra ou “posse” de um terreno em algum tipo de assentamento, em especial favelas e loteamentos, ou a ocupação de imóveis vazios ou subutilizados (RIBEIRO; AZEVEDO, 1996; GILBERT, 1987; JACOBI, 1983; KOWARICK, 1979; SINGER, 1979). Por meio deste processo, extensa parcela da cidade é construída. Trata-se da cidade dos excluídos ou a cidade popular que representa a resposta do trabalhador cuja renda não lhe dá acesso à mercadoria moradia, ofertada pelo agente imobiliário privado.

Importante considerar que o espaço habitacional é uma mercadoria cujo processo de produção e comercialização é complexo e longo, tem características específicas que o diferenciam de outras mercadorias, demanda a imobilização de capital e materialização e encontra-se diretamente vinculado à disponibilidade de terra e à oferta de serviços e de infraestrutura, aspectos que fazem com que seu preço seja muito superior ao valor dos salários médios de parte da população.

Partindo do corolário que prega a importância da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão para que a universidade exerça seu papel de transmitir, gerar e aplicar conhecimento, avalia-se que a universidade pública e gratuita deve estar voltada para a formação de profissionais aptos para enfrentar os grandes desafios postos pela sociedade e pela sua crescente e complexa urbanização. Além disso, deve também estar comprometida, não só com a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos de última geração, como também com os que permitam enfrentar os problemas do cotidiano da maioria da população e não pode ficar enclausurada entre seus muros, com seus saberes e práticas, mas deve se articular diretamente com a sociedade.

Neste sentido, as premissas orientadoras desta proposta acadêmica contemplam: (a) a conceituação de habitação como parte da questão urbana, considerando que a moradia não se restringe à unidade habitacional, incluindo também a questão fundiária, infraestrutura e serviços urbanos e se articulando a outros aspectos do ambiente urbano como transporte, educação, saúde, lazer e trabalho; (b) o reconhecimento de sua multidisciplinaridade e transversalidade e de que o tratamento do problema da habitação deve ser acompanhado

de outras políticas sociais e programas de geração de trabalho e renda; (c) o reconhecimento dos conflitos socioespaciais e da desigualdade no acesso às condições de urbanização pelas diferentes classes sociais; (d) a importância do protagonismo da população na definição das propostas, enquanto caminho que pode conduzir à transformação da realidade urbana e ao enfrentamento da questão da exclusão política e social; (e) o reconhecimento de que uma gestão efetivamente democrática pode abrir espaço para o debate dos conflitos e interesses diversos e possibilitar a criação de esferas públicas de interação entre os cidadãos e entre estes e o Estado, contribuindo para impulsionar a construção de uma cidade democrática e inclusiva; e, finalmente, (f) o reconhecimento da Função Social da Cidade e da Propriedade, princípio pela primeira vez mencionado na Constituição Federal de 1967 e reforçado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Cidade (Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001), que pode influenciar a maneira de tratar nossas cidades e ser instrumento de inclusão socioespacial, política e econômica.

No que se refere ao ensino, a proposta busca ir além do aspecto da formação técnico-profissional propriamente dito e incluir a tarefa de formar um aluno engajado e consciente do seu papel social, não se restringindo ao treinamento dos futuros profissionais, exclusivamente de acordo com o perfil e a perspectiva do mercado, mas sim, procurando formar técnicos com visão crítica sobre suas demandas e aptos para atuar na realidade da maioria da população e evitar a reprodução dos modelos de desigualdade e exclusão presentes na sociedade brasileira. No processo projetual, considera-se a inegável experiência e o conhecimento da população na sua luta por uma cidade (e uma arquitetura) mais inclusiva e justa, especialmente no que se refere à produção de moradias, rompendo com a posição de “trabalhar **para** o usuário” e adotando a postura de “trabalhar **com** o usuário”. O desafio colocado é praticar uma arquitetura que considere o ambiente construído pelas pessoas no seu dia-a-dia, seus marcos simbólicos e representações individuais e coletivas, no sentido de melhorá-los e não propriamente de substituí-los. Claro está que isto não pode e não deve significar assumir e/ou valorizar e/ou naturalizar a miséria e/ou produzir uma arquitetura da pobreza. Ao contrário, isto indica e prioriza a necessidade de compreender a força e os saberes populares, enquanto meio para avançar na luta pelo direito à cidade, à moradia e a uma arquitetura que represente aspirações, desejos e valores coletivos, ou seja, uma arquitetura dotada de uma missão social.

3. ORIGEM E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA EXPERIÊNCIA

Desde sua criação, no começo da década de 1970, o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense contempla a temática da habitação popular, com uma

disciplina voltada para a questão, cuja ementa inclui a reflexão sobre a proposta de arquitetura enquanto produto subordinado à organização social, aspectos legislativos dos empreendimentos de natureza social, caracterização físico-espacial de assentamentos habitacionais, parcelamento do solo e urbanização de áreas faveladas, além da integração dos espaços autônomos com a cidade “formal”. Ou seja, desde seu início o tema da habitação de interesse social está presente no atelier de projeto, uma disciplina obrigatória, oferecida aos estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFF¹.

Por intermédio do desenvolvimento de projetos urbanos e de edificações e da análise crítica da produção pública, privada e popular, busca-se contribuir para aprofundar a compreensão do aluno sobre os processos de produção do ambiente construído urbano, preparando-o para a efetiva atuação sobre a realidade habitacional de segmentos populacionais de baixa renda.

Nessa trajetória, sempre integrando outras áreas do conhecimento e considerando o saber popular, busca-se um diálogo efetivo com o morador, de modo a colocá-lo como protagonista no planejamento dos seus espaços individuais e de vivência coletiva.

Até o início da década de 1980, não havia relação formalizada entre a Universidade e os moradores dos assentamentos estudados que funcionavam como laboratórios para a formação de novos profissionais. A cada semestre, as análises e propostas desenvolvidas pelos alunos ficavam restritas aos limites da própria Universidade.

A demanda colocada pelos moradores da Favela do Gato, São Gonçalo, RJ, em 1983, à UFF, alterou a proposta acadêmica. Esta comunidade solicitava apoio técnico no enfrentamento e resistência contra o projeto oficial de remoção total da ocupação e na luta que iniciavam pela regularização fundiária de suas posses. A Favela do Gato localiza-se em terreno acrescido de marinha, isto é, terrenos públicos da União e sua ocupação data da década de 1940. Eram cerca de 210 famílias, parte desses moradores se dedicavam à pesca artesanal, necessitando estar próximo ao mar e aos serviços públicos coletivos, aspecto fundamental para a sobrevivência dos moradores e para a continuidade daquela que era sua principal atividade produtiva.

A proposta de remoção era justificada pelo novo traçado da BR-101 (trecho Niterói-Manilha), uma das últimas grandes obras a serem inauguradas pelo governo militar, cuja implantação já havia retirado inúmeros assentamentos. Na verdade, este projeto retratava com exatidão o planejamento autocrático e centralizado exercitado nos tempos da ditadura civil-militar, em que os interesses locais raramente eram considerados.

¹ Articulada a ela, outra disciplina obrigatória estuda a habitação popular, a disciplina Teoria da Habitação.

Ao contrário do que ocorreu em outros assentamentos precários ao longo do novo traçado da BR-101, os moradores da Favela do Gato se organizaram em uma associação de moradores para não serem removidos, já que a estrada somente atingia uma parte do assentamento, e chegaram à Universidade Federal Fluminense com a solicitação de estudos técnicos que demonstrassem a viabilidade de sua permanência no local.

A parceria entre a UFF e aquela comunidade ocorreu por intermédio de uma disciplina do Curso de Arquitetura e Urbanismo, cuja temática estava vinculada à questão da habitação para grupos sociais de baixa renda. Com isto, na referida disciplina, a prática de exercícios simulados de projeto, desenvolvidos os estudantes, foi substituída por projetos reais, gerados a partir de demandas de grupos sociais organizados que buscavam na universidade suporte técnico relacionado à temática da habitação.

A organização e mobilização dos moradores, somadas à parceria com a Universidade permitiu o enfrentamento e modificação do projeto oficial, reforçando sua luta política com subsídios que desmascaravam decisões apresentadas como técnicas, mas que, na verdade, não comportavam os direitos daquela população. Ao final do processo, o projeto da rodovia foi alterado pelo governo federal e todas as demandas dos moradores essenciais para viabilizar a permanência no local foram atendidas, inclusive a regularização fundiária². A partir daí, mesmo sem um arcabouço legal hoje disponível, os moradores da Favela do Gato, por eles rebatizada como Praia do Casenu, em 1990, após um longo e tortuoso processo jurídico, se tornaram proprietários da terra, com escrituras com registro geral de imóveis, recebidas após a implantação do redesenho urbanístico da área, que articulou o assentamento internamente e com seu entorno e eliminou as situações de insalubridade das moradias.

A Favela do Gato apontou algumas questões a serem enfrentadas no exercício da assessoria técnica. Uma delas é que as demandas da população podem ser diferentes das intenções do poder público. Nesse caso, ter uma assessoria independente, como a da Universidade, foi um ganho para essa comunidade, pois afinal, ela lutava exatamente contra os planos e projetos do governo federal.

Os resultados obtidos nesse primeiro projeto geraram novas demandas apresentadas por outras comunidades, sinalizando a necessidade de um serviço permanente de assessoria técnica. Assim, o trabalho foi institucionalizado na UFF, sendo criado em 1986, o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/UFF), posteriormente vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, um núcleo permanente de pesquisa e extensão voltado

² Mesmo com a obra de implantação da rodovia já iniciada, seu projeto de drenagem foi alterado, evitando o lançamento das águas pluviais provenientes da estrada sobre a Favela do Gato, e foi também incluído viaduto de modo a possibilitar a articulação da Favela com os serviços do entorno.

prioritariamente a prestar assessoria técnica às camadas populares. Desde então, os estudantes (bolsistas e estagiários) têm tido a possibilidade de entrar em contato direto e refletir sobre a realidade habitacional de parcela significativa da população urbana brasileira. Além disso, por intermédio deste tipo de atuação, a universidade pública cumpre, de forma mais efetiva, o seu papel, disponibilizando conhecimento técnico para a população e apoiando suas lutas pelo direito à moradia e à cidade, numa perspectiva de explicitação dos conflitos subjacentes à produção do ambiente urbano.

Nessa trajetória, a união e o diálogo entre a universidade e o movimento social permitiram, na década de 1990, interromper o processo de remoção de 5.000 famílias residentes em doze assentamentos, em Pendotiba, região nobre da cidade de Niterói, RJ. Esta é uma área com topografia acidentada e com situações de risco de escorregamento, alguns deles exigindo o reassentamento das famílias aí residentes. O início da ocupação dessas glebas ocorreu ainda na década de 1940, por famílias de baixa renda que buscavam moradia, quando a região ainda estava praticamente desocupada. Segundo depoimento de moradores mais antigos, os donos dessas terras³ contratavam “corretores” que alugavam parcelas de terra e autorizavam a construção de barracos de taipa por aqueles que solicitassem, sempre em locais que interessavam aos proprietários. Esses primeiros moradores passavam também a desempenhar o papel de guardiões da terra. Em algumas glebas, os próprios donos da terra construíram casas e as alugaram. A região que naquela época representava a periferia de cidade de Niterói, não dispunha de qualquer infraestrutura ou serviço público e o sistema de transporte coletivo e as vias de acesso eram extremamente precários.

A partir de meados da década de 70, principalmente após a construção da ponte Rio-Niterói, essa ocupação se intensificou e não foi mais possível exercer seu controle e conter e organizar os assentamentos. Os proprietários passaram a impetrar então uma série ações de despejo e de reintegração da posse da terra, com o objetivo de resgatar as áreas que haviam sido ocupadas sem sua prévia autorização.

Na verdade, toda aquela região do município começava a atrair população de faixas de renda mais alta que para lá se dirigia, em busca de um meio ambiente ainda preservado. Este processo intensificou-se principalmente a partir da década de 80, com o adensamento de Icaraí, bairro nobre da cidade. A região já experimentava um processo de valorização do solo provocado pela demanda contínua por terras naquela parte da cidade. Começaram a aparecer inúmeros empreendimentos imobiliários, incluindo condomínios fechados de luxo, com mansões situadas em grandes terrenos, permeados por parques e bosques, clubes particulares e muitos outros atrativos e facilidades, contrastando com a precariedade das

³ Uma só família se dizia proprietária de toda a área do Projeto Pendotiba.

favelas que lá existiam. Tratava-se de uma redefinição de territorialidade, de mudança de hábitos e padrões de utilização do espaço e de acirramento das desigualdades socioespaciais (BIENENSTEIN, 2000; RIBEIRO, 2000).

O resultado deste processo foi o acirramento do conflito fundiário, pois os donos de terra queriam aproveitar o potencial de renda que a terra poderia oferecer naquele momento, isto se concretizando geralmente em um clima de violência física e/ou pressão psicológica afetando, principalmente, as pessoas mais vulneráveis, como velhos e analfabetos⁴.

A reação da população atingida deu origem ao movimento de luta pela moradia em Niterói e à Federação das Associações do Município de Niterói (FAMNIT) em 1982. O período marcou também o início da articulação da Federação com associações e federações de moradores de outros municípios e movimentos da sociedade civil, numa atuação de caráter mais geral visando a definição de uma política habitacional e fundiária urbana tanto nacional, quanto estadual e municipal.

Resistindo a um processo violento de despejo, esse movimento, com o suporte técnico do NEPHU, conseguiu sensibilizar o governo do estado, que assinou um Decreto de Desapropriação por Interesse Social das terras ocupadas, neutralizando a ameaça. A ideia era promover a regularização fundiária por meio da distribuição de títulos individuais de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, após a eliminação das situações de risco e os reassentamentos que fossem necessários. Ao longo do percurso, os moradores decidiram aceitar a oferta do Estado de iniciar o processo de titulação por uma das glebas. Os moradores exigiram que a escolha fosse decidida em discussão coletiva, o que foi aceito pelo estado. No entanto, o que era para ser o início de um processo, foi interrompido, com a mudança da gestão estadual e somente a primeira gleba escolhida foi regularizada. Na verdade, a efetiva regularização fundiária das demais glebas, em favor dos ocupantes nunca foi alcançada, mas a partir da desapropriação, cessaram as ameaças aos moradores.

Dando um salto para épocas mais recentes, um exemplo emblemático é o caso de Vila Autódromo, situada na Barra da Tijuca, vizinha ao antigo Autódromo. Esta é uma etapa diferente: o trabalho se desenvolve numa parceria NEPHU e o Laboratório de Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A Vila Autódromo tem, desde 1993, durante o governo César Maia, uma história de resistência às tentativas de remoção. As justificativas para a remoção têm se alterado ao longo do tempo: desde poluição paisagística, dano estético, ameaça à segurança dos

⁴ Entrevista com o Sr. Antônio Luzia Jacob, ex-presidente da Federação das Associações de Moradores do Município de Niterói - FAMNIT e o Sr. Luiz Carlos de Mattos, ex-coordenador de Posse de Terra da FAMNIT, novembro de 1998.

atletas alojados na Vila Pan-Americana, poluição da lagoa de Jacarepaguá, incompatibilidade com a implantação do Parque Olímpico e, mais recentemente, o traçado do BRT. Durante todos esses anos, os moradores da Vila se mantiveram mobilizados e organizados e resistiram às ameaças.

Em 2011, a comunidade da Vila Autódromo buscou apoio técnico do ETERN/ IPPUR/UFRJ que propôs ao NEPHU/UFF uma parceria. A partir daí a comunidade com o suporte da equipe formada por professores e estudantes dessas duas universidades públicas iniciou, em fins de 2011, a elaboração do que veio a materializar o Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA).

Desde o início, o princípio que orientou este trabalho foi também o protagonismo dos moradores na ação. Assim, foram eles que apontaram - em campo, em mapas e imagens - problemas e soluções. O Plano Popular compreende, além das ações voltadas para a urbanização, questões ambientais, de geração de trabalho e renda, articulação e integração à cidade, acesso aos meios de transporte e aos serviços do entorno. O PPVA foi entregue ao prefeito Eduardo Paes em setembro de 2012, mas, somente em agosto de 2013, sob o impacto das grandes manifestações de junho, o prefeito convocou o presidente da Associação dos Moradores e declarou que não pretendia remover Vila Autódromo. Fez autocrítica e propôs a abertura de negociação para viabilizar a permanência e urbanização da área, ressaltando que algumas premissas de projeto deveriam ser respeitadas de modo a viabilizar a implantação do Parque Olímpico no local ocupado pelo Autódromo Nelson Piquet. Apesar de a prefeitura declarar continuamente que iria urbanizar a área, logo ficou evidente a intenção de criar um contexto que forçaria a remoção total. A partir daí a prefeitura iniciou um processo de constrangimentos e ameaças, intimidando, aliciando e semeando a discórdia entre os moradores com informações inverídicas.

Em paralelo a esses acontecimentos, o Plano Popular da Vila Autódromo, entre 170 projetos inscritos, foi vencedor do prêmio internacional *Urban Age Award* e a comunidade decidiu usar o valor do prêmio (US\$ 80 mil) para construir uma Creche Comunitária e reformar a sede da Associação dos Moradores.

Mesmo assim, a prefeitura continuou com o assédio cotidiano aos moradores, não desenvolveu um projeto de urbanização e iniciou o processo de demolição das casas. A estratégia utilizada foi convencer os moradores em situação mais fragilizada a aceitarem a proposta de mudança para um conjunto habitacional (Parque Carioca) e abrirem mão de suas casas e de quaisquer benefícios resultantes de um dos processos jurídicos através dos quais estavam buscando, com a assistência do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do estado do rio de Janeiro (NUTH), seus direitos. Necessário esclarecer que os

moradores da vila Autódromo são portadores de Concessões de Uso Especial para Fins de Moradia dado pelo governo do estado.

Mais uma vez a comunidade, mostrando sua capacidade de resistência, foi capaz de articular uma ampla rede de apoios que ultrapassou a parceria das duas universidades já mencionadas e do NUTH. Tais alianças resultaram no reforço da luta pela permanência da comunidade no local, especialmente, pela presença quase cotidiana de grupos de apoio, assim como pela realização de eventos, tais como o “Ocupa Vila Autódromo”. Tais iniciativas respaldaram os moradores que resistiram nos momentos de maior violência perpetrados pela prefeitura.

Importante ressaltar que ao longo desse processo de luta pelo direito à permanência numa região objeto de grande interesse do capital imobiliário e sofrendo descaracterizações constantes (demolições seletivas que criavam um ambiente de devastação), o Plano Popular se transformou, para além de um projeto a ser implantado, em um instrumento de luta, à medida que sua dinâmica de atualização permitiu manter seus princípios e mostrar, a cada momento, ser possível a permanência da Vila Autódromo.

Após o período mais violento de pressão pela total remoção da comunidade, inclusive com tentativas de cooptação de moradores e das principais lideranças, o executivo municipal carioca se viu obrigado a negociar. Isto é, propôs firmar acordos individuais, oferecendo como solução para as 20 famílias que ainda resistiam a construção de uma vila de casas geminadas implantadas em lotes de 125m². A proposta foi rechaçada e, em seu lugar foi firmado um acordo coletivo para a construção de 20 casas em centro de terreno com área de 180m², reconstrução da sede da Associação dos Moradores e um Centro Cultural, campo de futebol e um parque infantil. Tais equipamentos representavam o resgate de espaços tomados à força.

Importante destacar que o Plano Popular da Vila Autódromo, ainda que não tenha sido implementado, conforme a ideia original pode ser compreendido como um elemento fundamental para a vitória daqueles que resistiram bravamente ao longo de todo o processo.⁵

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta didática aqui apresentada de forma sumária significa um esforço no sentido de, no contexto descrito, romper a tendência de uma prática de caráter alienado do arquiteto e urbanista, que se rebate e tem sido alimentada nos próprios currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo, onde, não é raro encontrar disciplinas que têm reduzido a escala

⁵ Vale indicar que tais moradores ainda conquistaram o direito de permanecer na área durante as obras.

dos exercícios de projeto ao mero desenho de parcelas isoladas da cidade. Na realidade, ao que tudo indica,

(...) as universidades são [ainda] presas da conceituação reificada de arquitetura ou da representação ideológica da cidade. (...) [É] preciso reconhecer que o tratamento ideológico dado ao ensino da arquitetura e do urbanismo nas universidades, à prática profissional nos escritórios privados, voltados principalmente para o mercado, e nos órgãos públicos voltados para uma gestão urbana injusta desenvolveu professores, técnicos e profissionais distanciados dos grandes problemas sociais urbanos (MARICATO, 2000, pp. 123-187).

Com vistas a contribuir para a reversão deste quadro, é necessário e urgente preparar arquitetos e urbanistas para lidar com a ‘não-cidade’, ou a cidade dos excluídos ou favelados, buscando fornecer respostas aos problemas e anseios da maioria do povo brasileiro (CANEDO; BIENENSTEIN, R., 1985; MARICATO, 2000, p. 164). Avalia-se que a Universidade, em especial a Universidade pública, tem o papel de resgatar seu compromisso social e formar quadros capazes de continuar a luta pelo direito à cidade e à arquitetura com padrões mínimos de qualidade, função esta que, nas palavras de Maricato (2000, p.187) “*deve se estender [não só] aos profissionais [da arquitetura e] do urbanismo dos setores público e privado, mas também aos parlamentares, jornalistas, promotores e procuradores públicos, lideranças sociais, para criar uma consciência social, uma nova simbologia ou nova sensibilidade urbana e uma nova práxis*”, fundamentais, inclusive, para viabilizar a aplicação do Estatuto da Cidade. A propósito, vale lembrar que a

(...) universidade, como instituição dedicada à transmissão dos saberes consagrados e à produção do novo conhecimento, estabelece com a sociedade em que se insere uma dupla relação.

De um lado, se constitui no alter-ego da situação sócio-político-cultural da comunidade, refletindo seus desníveis, contradições e peculiaridades, em função de uma óbvia congenialidade histórica. De outro, deve cumprir sua função utópica, ao buscar a ultrapassagem do status-quo, num permanente movimento de oxigenação e transformação sócio-científico-cultural do contexto em que atua (PIQUET; RIBEIRO, 1991, p. 9)

O enfrentamento de sua responsabilidade não se fará apenas nos limites das atividades de ensino, devendo incluir a apresentação de respostas técnico-científicas às solicitações decorrentes das necessidades e prioridades da população e a restituição, em forma de serviços e de pesquisas relevantes para a sociedade, daquilo que ela recebe. Isto implica em um compromisso com a ação real e concreta, no desenvolvimento de “uma relação entre

o conhecimento teórico e a realidade empírica do universo urbano, social e institucional brasileiro” (MARICATO, 2000, p. 173).

A experiência desenvolvida no NEPHU tem possibilitado incluir a cidade popular na pauta dos estudos acadêmicos e viabilizar um novo olhar e abordagem sobre ela, articulando de uma forma real o ensino, a pesquisa e a extensão, atividades fundamentais de uma Universidade que se propõe pública e gratuita. Ela tem sido reconhecida em diferentes fóruns nacionais e internacionais como um exemplo inovador e emblemático de prática extensionista, em função daquilo que, hoje, é conhecido como “planejamento conflitual”, consolidando as bases para uma nova forma de compreender e exercitar a atividade de extensão universitária, enquanto uma prática politizadora e socialmente referenciada.

O diálogo com as classes populares tem possibilitado a tomada de contato com questões relativas às lutas pelo direito à cidade, travadas pelos grupos sociais excluídos. Vale também ressaltar que o referido Núcleo vem prestando assessoria ao movimento popular pela moradia em vários municípios, em especial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, numa perspectiva de “planejamento conflitual ou insurgente”, isto é, que defende o direito à cidade e à moradia digna para todos os segmentos da população. A metodologia, construída a partir de pesquisas realizadas com suporte do CNPq, tem servido como orientação para o desenvolvimento de assessoria técnica às inúmeras comunidades que buscam o apoio da UFF e também de outras universidades, na sua luta pelo direito à cidade.

Nessa trajetória, alguns desafios foram enfrentados: (a) no diálogo entre o saber técnico (do estudante e do professor) e o saber popular dos moradores ficou clara a necessidade de buscar uma linguagem (oral, escrita e gráfica) acessível, adaptando/traduzindo a utilizada pelo arquiteto, frequentemente abstrata e de difícil compreensão pelo público alvo; (b) a inclusão do morador na equipe de trabalho, considerando-o protagonista e buscando compartilhar o poder de decisão; e (c) a disposição para conhecer a cidade real e tentar apreender e trabalhar com as lógicas e os conceitos da população para, a partir daí, estabelecer um processo de trocas (de conhecimentos, saberes, experiências, entre outros).

Outro grupo desafio está relacionado ao fato da atividade didática aqui apresentada, articular, desde o início, uma proposta extensionista, atividade universitária historicamente menos valorizada, com reduzido número de bolsas e o apoio das agências de fomento e avaliação (CAPES, CNPq etc.). Deve-se considerar também a inexistência de bolsas de extensão para pós-graduandos, o que acaba dificultando a necessária integração entre graduação e pós-graduação e entre pesquisa e extensão.

Avalia-se que esta proposta de assessoria técnica desenvolvida pela universidade pública, gratuita e socialmente referenciada, possibilita que a população envolvida, se contraponha

às decisões do poder público quando estas não contemplam suas reais necessidades. Além disso, exige uma reflexão mais apurada sobre os principais determinantes da produção desigual do espaço, adotando uma postura crítica com relação à gestão pública ou ao mercado imobiliário privado, podendo ainda demandar posicionamentos contrários, vis-à-vis às propostas oficiais ou do mercado.

Além disso, mesmo com dificuldades e desafios, os projetos desenvolvidos permitiram colocar como pauta na academia a questão da habitação e do acesso à terra urbana pelas classes populares, em prol de fortalecer a função social do arquiteto, buscando criar oportunidade para o exercício de uma arquitetura e um urbanismo (MARICATO, 2000, p. 179), que trabalhem a cidade no sentido de torná-la menos fragmentada e desigual.

Finalmente, cabe dizer que, na necessária construção de uma utopia possível voltada para o acesso à terra e à moradia, a experiência do NEPHU demonstra também a importância da Universidade pública na construção e no aperfeiçoamento de instituições que busquem a instauração e a garantia de direitos sociais.

BIBLIOGRAFIA

BIENENSTEIN, Glauco. *Espaços metropolitanos em tempos de globalização: um estudo de caso do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

BIENENSTEIN, Regina. *Regularização Urbanística: Uma Proposta Metodológica*. Niterói, Tese submetida em Concurso Público para Professor Titular da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF, 1993.

_____. *Redesenho Urbanístico e Participação Social em Processos de Regularização Fundiária*. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.

CANEDO, Maria Elisa Meira; BIENENSTEIN, Regina. Projeto Comunitário / Favela do Gato: Um Estudo de Caso, In: *Occasional Paper N.º 9*, Belfast: The Queen's University of Belfast, 1985.

GILBERT, Alan; WARD, Peter M. *Assentamentos Populares vs Poder del Estado*. México: Editora Gustavo Gilli, S.A., 1987.

GOTTDIENER, Mark. *A Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

KOWARICK, L. *A Espoliação Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LESBAUPIN, Ivo. *Poder Local x Exclusão Social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora de lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. 2000. *A Cidade do pensamento Único*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres (organizadoras). *Brasil, Território da Desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor: Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio. *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SINGER, Paul. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.